



UEPB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I-CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO-CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

MYLENA SANTOS DE MAGALHÃES

**NAS MEMÓRIAS DE DOR O “HOLOCAUSTO BRASILEIRO”: LEITURAS
HISTÓRICA E LITERÁRIA DO AMBIENTE MANICOMIAL DE BARBACENA –
MG**

CAMPINA GRANDE- PB
2022

MYLENA SANTOS DE MAGALHÃES

**NAS MEMÓRIAS DE DOR O “HOLOCAUSTO BRASILEIRO”: LEITURAS
HISTÓRICA E LITERÁRIA DO AMBIENTE MANICOMIAL DE BARBACENA –
MG**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

Área de Concentração: História e Narrativa

Orientadora: Prof^ª. Dra. Patricia Cristina Aragão

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M188n Magalhaes, Mylena Santos de.
Nas memórias de dor o "holocausto brasileiro" [manuscrito]
: leituras históricas e literárias do ambiente manicomial de
Barbacena - MG / Mylena Santos de Magalhaes. - 2022.
32 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Patricia Cristina de Aragão ,
Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Literatura. 2. História. 3. Doente mental. 4. Manicômio. I.

Título

21. ed. CDD 801.95

MYLENA SANTOS DE MAGALHÃES

**NAS MEMÓRIAS DE DOR O “HOLOCAUSTO BRASILEIRO”: LEITURAS
HISTÓRICA E LITERÁRIA DO AMBIENTE MANICOMIAL DE BARBACENA –
MG**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento de História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciada em História.

Área de Concentração: História e Narrativa

Aprovada em: 28/11/2022

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dra. Patricia Cristina de Aragão(Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Paula de Almeida Castro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. José Adilson Filho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, João (In memoriam) e Luciana. Pai, esse trabalho nasce como uma homenagem póstuma ao senhor que tanto fez por mim, nasce da gratidão que tenho por sua breve vida neste plano, sua presença e seus ensinamentos ainda soam fortes em minha memória. A minha mãe, que sempre acreditou em mim por muitas vezes mais que eu mesma, vocês são meus maiores incentivadores. Essa vitória é nossa. Lhes dedico.

“- Lá, existe um psiquiatra para 400 doentes. Os alimentos são jogados em cochos, e os doidos avançam para comer. O que acontece no Colônia é a desumanidade, a crueldade planejada. No hospício, tira-se o caráter humano de uma pessoa, e ela deixa de ser gente. É permitido andar nu e comer bosta, mas é proibido o protesto qualquer que seja sua forma. Seria de desejar que o Hospital Colônia morresse de velhice. Nascido por lei em 16 de agosto de 1900, morreria sem glórias. E, parafraseando Dante, poderia ser escrito sobre o seu túmulo: quem aqui entrou perdeu toda a esperança”. (ARBEX, 2019, p.210)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Interno do Colônia doente e mantido em condição subumana em cama suja.....	24
Figura 2 - Homens que se aglomeravam no pátio do colônia.....	24
Figura 3 - Recém-chegado ao Colônia.....	25
Figura 4 - Antônio Gomes da Silva, um dos sobreviventes do Colônia, vivendo em uma residência terapêutica.....	26
Figura 5 - Sônia Maria da Costa no ano de 1961 como interna do Colônia.....	27
Figura 6 - Sônia Maria da Costa no ano de 2019 vivendo em uma residência terapêutica.....	27
Figura 7 - Luiz Pereira de Melo, a primeira imagem como interno do colônia em 1961 com dezesseis anos e a segunda imagem, com oitenta e quatro anos, vivendo em um residência terapêutica.....	28

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 HISTÓRIA E LITERATURA: COMPREENDENDO A RELAÇÃO	10
3 MEMÓRIA E IDENTIFICAÇÃO	15
4 O LOUCO, A LOUCURA E A HISTÓRIA.....	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS	32

RESUMO

NAS MEMÓRIAS DE DOR O “HOLOCAUSTO BRASILEIRO”: LEITURAS HISTÓRICAS E LITERÁRIAS DO AMBIENTE MANICOMIAL DE BARBACENA – MG

Mylena Santos de Magalhães¹

A finalidade deste trabalho é analisar, a partir da literatura, a construção do doente mental na sociedade brasileira, tendo como referência a trajetória do hospital psiquiátrico de Barbacena, no estado de Minas Gerais, e as memórias que narram a respeito desta instituição. Nossa proposta é evidenciar a partir da relação história, literatura e memória as fronteiras entre razão e loucura, bem como a utilização da literatura como fonte documental para a historiografia. Este estudo parte dos escritos desenvolvidos por Foucault (2021, 2010) e Lupion (2017). Situado no campo da história cultural, em que a abordagem sobre a doença mental é enfatizada a partir do diálogo da história com a literatura, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, cuja fonte utilizada foi o livro de Daniela Arbex, Holocausto Brasileiro. Esta pesquisa nos permitiu compreender a importância de discutir aspectos relativos a doença mental e como ela foi representada na realidade brasileira e a forma como o texto literário contribui para que possamos problematizar estes contextos e situações do ponto de vista histórico e das memórias de dor que os sujeitos envolvidos na realidade de Barbacena atravessaram.

Palavras-chave: Literatura. História. Doente Mental. Manicômio.

ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze, from the literature, the construction of the mentally ill in Brazilian society, having as reference the trajectory of the psychiatric hospital of Barbacena, in the state of Minas Gerais, and the memories that narrate about this institution. Our proposal is to highlight, from the relationship between history, literature and memory, the borders between reason and madness, as well as the use of literature as a documental source for historiography. This study is based on the writings developed by Foucault (2021, 2010) and Lupion (2017). Situated in the field of cultural history, in which the approach to mental illness is emphasized from the dialogue between history and literature, this is a bibliographical and documental research, whose source used was the book by Daniela Arbex, Brazilian Holocaust. This research allowed us to understand the importance of discussing aspects related to mental illness and how it was represented in the Brazilian reality and the way in which the literary text contributes so that we can problematize these contexts and situations from the historical point of view and the memories of pain that affect them. Subjects involved in the reality of Barbacena crossed.

Keywords: Literature. History. Brain Sick. Asylum.

¹

¹Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB.
Email: mylenamagalhaes6022@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho nasce com a finalidade de apresentarmos, compreendemos e analisarmos como se deu a construção das pessoas ditas com doenças mentais e pejorativamente chamadas de loucos e excluídos da sociedade. Essa temática tem relação com a minha história e experiência de vida e familiar, além de ser um assunto fundamental nos estudos históricos que versam sobre a relação doença mental, memória e história.

Ainda na minha infância, meu pai foi diagnosticado com depressão e eu não entendi, pois, um dia me disseram que meu pai estava doente e não percebi nada em seu corpo. Não foi uma queda, não foi um osso quebrado e nem um acidente que o impossibilitasse de andar. Lembro de ouvir os mais velhos falando a respeito de depressão e eu não entendia, apenas me disseram que a doença do meu pai era tristeza. Para uma criança, tristeza é não ter algo que não recebemos no momento, mas depois isso ia passar, no entanto, meu pai que já era de poucas palavras, foi silenciando cada vez mais.

Fui diagnosticada aos 19 anos de idade com episódios depressivos. Situações que me ocorreram e ocasionaram sentimentos que persistiam em se manter. Reconhecia sinais da doença, mas não queria aceitá-la, não me considerava “louca”, estava apenas com problemas.

Outra questão que sempre me tocou profundamente foi a de uma tia materna, esta que foi diagnosticada ainda em sua infância com retardo mental moderado, que atualmente é nomeado como transtorno intelectual moderado. Me chamava atenção a forma com que ela era tratada, sempre como incapaz de agir como alguém que goza de uma consciência sã.

Não cresci com a melhor das relações com meu pai, por diversos motivos, que não cabem serem citados no momento, mas, após decidir contar a respeito dos pensamentos que me ocorriam, recebi uma ligação dele que eu jamais esperava receber e com o assunto que eu não imaginava que ele fosse falar, pois, como disse antes, ele se tornou um homem de pouquíssimas palavras. Nesta ligação, meu pai abordou o diagnóstico que recebi do psiquiatra e, pela primeira vez, me senti verdadeiramente acolhida e compreendida por alguém que dizia me entender completamente, pois sentia o mesmo que eu, e também lutava por uma vida.

Adoecer não é uma escolha, é uma causa e pode ocorrer a partir de diversos fatores. Eu, que já era tocada com a questão do tratamento e humanização para com as pessoas que são diagnosticadas como doentes mentais, agora inclusa, tal situação me doía mais ainda, pois senti e ainda sinto na pele, a construção do corpo doente e invalidado.

Diante dessas vivências, uma das minhas pessoas prediletas no mundo, Natalia Souza, uma das mulheres mais fortes que já conheci e também uma das mais lindas, me apresentou o livro *Holocausto Brasileiro, Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil*. E, foi a partir deste livro, da minha história e a história da minha família, que houvera a motivação acadêmica para desenvolver esse trabalho. Neste sentido, buscamos contribuir para uma análise dos tratamentos aos considerados insanos pela sociedade e também buscamos por renovação nas concepções da construção do sujeito “sem” razão.

Desejamos, inicialmente, compreender e analisar a definição do que seria ser louco, a partir de uma historiografia baseada na literatura do livro. Analisando, desta maneira, o silêncio dos acontecimentos relacionados ao hospital Colônia, de Barbacena. Este que foi criado em 1903, sendo desativado mais de cinquenta anos depois. Embora a luta antimanicomial já existisse, o Brasil ainda mantinha um tratamento completamente contrária aos ideais desta luta, baseada nos discursos médicos do Italiano, Franco Basiaglia.

Esse trabalho nasce para o mundo a partir da forma com que fui atravessada pelos tratamentos psiquiátricos aos quais necessitei e pelo que a literatura e a história já nos mostram. Assim, o que a história relata e a memória retrata, me sinto inserida por completo no meio daqueles que são considerados como loucos, dignos de pena, suicidas e depressivos por falta de Deus. Acredito que, através dessa escrita, outras pessoas também serão atravessadas assim

como um dia eu fui, e compreenderão mais de si mesmas e não permitirão quaisquer violências em decorrência de um diagnóstico, ou o mínimo de fuga do que não é considerado como normal.

Por muitas vezes, as pessoas sabem que sofrem com alguma psicopatologia, mas escolhem o silêncio por medo da má interpretação ou dos julgamentos das outras pessoas. Sofrem caladas, enquanto poderiam entender mais de si mesmas e viverem uma vida plena e o mais importante, compreenderem que são dignas de amor, respeito e de uma vida “normal”, como qualquer outra pessoa.

O objetivo geral desse estudo é analisar, a partir da literatura, a construção do doente mental na sociedade brasileira, tendo como referência a trajetória do hospital psiquiátrico de Barbacena, no estado de Minas Gerais, e as memórias que narram esta instituição. Como objetivo específico propostos para este trabalho, temos a reconfiguração no campo das práticas de saúde ligadas as pessoas consideradas como loucas. Perceberemos a partir do abordado, que práticas inumadas aos ditos loucos foram perpetuadas ao longo da história, abordaremos inicialmente essas práticas iniciadas no medievo e perceberemos as mesmas práticas ainda no Brasil do século XX.

Buscaremos, dessa forma, um novo pensar para essas práticas a partir da obra literária escrita por Daniela Arbex, *Holocausto Brasileiro*, onde são abordadas as memórias daqueles que foram sobreviventes dos anos de atividade do hospital psiquiátrico de Barbacena. Abordaremos também o perfil de historiadores que surgem com a nova história cultural e seu papel diante da pesquisa, na medida em que usa novos métodos e foge da história metódica, esta que apenas transcreve o que é registrado nos documentos, mas, de acordo com Le Goff (1996.p, 536), “no limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo”.

O livro “Holocausto Brasileiro” foi escrito pela jornalista e escritora, Daniela Arbex, e retrata a história do centro hospitalar de Barbacena, onde ocorreu uma das maiores barbáries da história do Brasil. O centro recebia diariamente, além de pacientes com diagnóstico de doença mental, homossexuais, prostitutas, epiléticos, mães solteiras, meninas problemáticas, mendigos, alcoólatras, melancólicos, tímidos e todo tipo de pessoa considerada fora dos padrões sociais.

Daniela Arbex é uma jornalista formada pela Universidade Federal de Juiz de fora. É residente da cidade de Juiz de Fora e trabalha há mais de vinte anos como repórter especial do jornal Tribuna de Minas. Sua primeira obra literária, *Holocausto Brasileiro* (2013), até o ano de 2021, tinha mais de 300 mil exemplares vendidos. Daniela também é a autora das obras *Cova 312* (2015), que foi escrito como um romance. Esse romance conta a história real de como as Forças Armadas mataram pela tortura um jovem militante político, forjaram seu suicídio e sumiram com seu corpo; *Todo dia a mesma noite* (2018), que reconstitui de maneira sensível os eventos da madrugada de 27 de janeiro de 2013, quando a cidade de Santa Maria perdeu de uma só vez 242 vidas e *Os dois mundos de Isabel* (2020), que remonta a história de Isabel e de muitos dos que foram influenciados por seu trabalho. Entre relatos de fé, cura e conforto espiritual ou de simples admiração por uma vida inteira dedicada ao outro;

Arrastados (2022): Os bastidores do rompimento da barragem de Brumadinho, o maior desastre humanitário do Brasil. Reconstitui em detalhes as primeiras 96 horas após o desastre. Entrevistou sobreviventes, familiares das vítimas, bombeiros, médicos-legistas, policiais e moradores das áreas atingidas. Reconstitui de forma detalhada e impactante, mas com extrema delicadeza toda a situação.

No tocante à documentação, compreendemos que a única história retratada é a dos grandes nomes relatados na história e todos os seus feitos. No entanto, a partir da reconfiguração histórica ao longo do século XX, nota-se a mudança. Cabe ressaltar que a reconfiguração possibilitou que a história também validasse a vida comum, os sujeitos e/ou testemunhos que

cedem, aqueles que, de certa forma, foram excluídos e colocados no anonimato, sem direito à memória.

Desenvolvem-se, então, diversas compreensões da história, como a história das mentalidades, a história oral, a literatura que também traz a história em si e entre outras. Estes novos métodos produzem narrativas permissivas ao direito de uma história que não contemplam apenas aos grandes homens, mas fazem com que todos se sintam participantes ativos da história. Produzem narrativas de memória, estas que são também narrativas de identidade, pois o entrevistado mostra como vê o mundo e também como ele é visto por outro sujeito ou por uma coletividade.

Utilizamos como metodologia para esse trabalho o referencial bibliográfico documental, Holocausto Brasileiro. Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil, buscando, desta forma, os pontos convergentes com obras da historiografia que tratam do mesmo tema, como História da loucura e Microfísica do poder, onde ambas as obras são trabalhadas a construção da loucura, quem eram estes loucos e as relações de poder que os detinham e comandavam toda a sociedade.

Desse modo, o trabalho se divide em três seções, sendo elas: O item 2 que está intitulado de História e literatura, compreendendo a relação entre as áreas, abordando como e a partir de que momento o trabalho do literato pode convergir com o trabalho do historiador possibilitando que torne-se também documento histórico; O item 3 intitulado Compreensões acerca da memória e a história, local em que analisamos a concepção do que é memória e como ela pode ser um suporte para a historiografia; O item 4 intitulado de O louco, a loucura e a história, dedicado a compreendermos como se deu a concepção de quem eram os loucos, o médico como detentor de todo o saber e as práticas de cura que se perpetuaram até a contemporaneidade.

2 HISTÓRIA E LITERATURA: COMPREENDENDO A RELAÇÃO

Esta segunda seção tem o propósito de compreendermos a relação da história com a literatura, tendo em vista que o objeto literário, inicialmente, não era aceito como um documento historiográfico, pela liberdade que o literato tem em sua escrita, fato divergente à escrita do historiador, que se baseia pela história metódica, mas, passa por uma reconfiguração historiográfica a partir dos anos de 1920, com Lucien Febvre e March Bloch. Essa reconfiguração abriu espaço para novos olhares dentro da própria história, o que propiciou a todos o entendimento da história com diversos ritmos e em constante expansão.

Os caminhos construídos que tecem a união da história com a literatura, surgem sob os meandros da reconfiguração historiográfica, ou seja, o momento em que a história é considerada como ciência, assim como também as reflexões que permitiram a análise da literatura como relato histórico. Consideramos essa junção uma quebra de paradigmas, já que havia a concepção de que a história deveria retirar-se do espaço em que ela não fosse neutra e regada a métodos, além de apenas se deter a relatar os grandes nomes que constam na história, ou seja, o reforço de uma história nacional escrita a partir de subjetividades, sejam particulares ou de um grupo.

A literatura não era considerada como fonte oficial e inicialmente foi desprezada, pois, não seguia métodos como a história seguia. No entanto, é necessário reforçarmos o fato de que a realidade jamais será comprovada em suma, seja de forma escrita ou oral, sempre irão existir modificações, pois sabemos do fato ou acontecimento, sob o olhar de quem escreve e é a partir disto que adentramos na perspectiva do conceito de verdade, este que é uma definição por meio de palavras ou recursos visuais. Para conseguirmos compreender a relação da história e literatura, cabe que discutamos a respeito do conceito de história, assim como também qual o seu intuito e o que busca.

Temos como compreensão inicial do que é história como uma análise do passado humano, o compreender do acontecer humano em uma determinada sociedade e momento, obtendo assim, sempre conhecimento e é a partir da estrutura narrativa e interpretações plausíveis baseadas nas fontes, utilizadas pelo historiador, que conseguimos compreender os fatos históricos. Luiz Henrique Torres (2017) nos diz que o conhecimento científico em história (campo do conhecimento) é uma produção intelectual mediada por um método racional de crítica e por instrumentos teórico-metodológicos de análise dos materiais históricos. Esse processo racional formula verdades relativas dinamizadas no espaço-tempo do elaborador (situado historicamente com limitações e interações com o meio, portanto, inserido na história-processo) e tendendo, na perspectiva que está sendo sugerida, à compreensão da totalidade do processo humano, tendo por dinâmica a reprodução/superação das condições materiais do Sujeito e a busca de um sentido para a existência e para a história-processo.

Desta forma, indagamos agora a respeito da literatura, qual seu conceito e qual o seu intuito, pois, historicamente relatando, a forma de escrever para registrar vem sendo usada como Foucault (apud; Almeida, 2008) diz: “escrever para não morrer, [...], ou talvez mesmo falar para não morrer é uma tarefa sem dúvida tão antiga quanto a fala. A escrita, portanto, finda-se em seu princípio, a imortalização daquilo que um dia foi, que é, e que ainda há de ser”.

A literatura é uma necessidade humana de realizar representações, rememorar, refletir e traduzir os sentimentos e observações. Assim como a história, ela dá curso a subjetividade da vida e a necessidade de registro dela. Logo, compreendemos moderadamente os desígnios de ambos. No que concerne ao espaço de escrita do historiador e do literato, houvera então questionamentos referentes à relação de ambas, pois historiadores questionam quais os limites do texto literário e do texto historiográfico.

O ser humano, desde o início dos tempos, tem a necessidade de realizar representações e tal necessidade tornou-se intrínseca ao ser. A literatura acompanha o homem desde os primórdios, pois nas primeiras sociedades ela já estava lá, sociedades estas conhecidas como ágrafas, e por mais que não existam escritos registrados, nunca houvera impedimento para a existência da literatura, sendo a mesma obra artística. E, por ser um produto artístico, possuía as características peculiares da arte. É, porém, arte enraizada no contexto histórico. A literatura, estudada como fonte no interior de uma pesquisa historiográfica, além do inegável caráter interdisciplinar, tem outros significados (BATTISTIN, 2008).

Ela é o testemunho da sociedade, porque traz em si a revelação dos seus focos mais cadentes de tensão e a mágoa dos aflitos, traduz mais um anseio de mudança do que os mecanismos da permanência. Tendo um compromisso maior com a fantasia do que com a realidade, preocupa-se com aquilo que poderia, ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com seu estado real.

Enquanto a historiografia procura o "ser" das estruturas sociais, a literatura fornece a expectativa do seu "vir-a-ser". O objeto de pesquisa do historiador é a realidade. O escritor ocupa-se com a possibilidade. Esta diferença deve ser considerada pelo historiador diante do material literário.

Logo, compreendemos que todo documento é uma construção, esta que se dá a partir de uma realidade vivida, mas, cabe ressaltar que por mais que seja uma construção sob a concepção do olhar de alguém, há verdade nele também, pois quem escreve, escreve a partir da época vivida. Podemos tomar como exemplo o escritor brasileiro José de Alencar e a sua obra literária *Senhora* (1875), que possui como tema central o casamento por interesse, sendo a obra que lhe é contemporânea, uma crítica a sociedade que vive de interesses, além do autor ressaltar que o fator financeiro é uma condenação. Desta forma, nos informa Chartier (1990, p. 62-3);

Todo documento, seja ele literário ou de qualquer outro tipo, é representação do real que se apreende e não se pode desligar de sua realidade de texto construído pautado em regras próprias de produção inerentes a cada gênero de escrita, de testemunho que

cria “um real” na própria “historicidade de sua produção e na intencionalidade da sua escrita.

De acordo com a breve explicação, compreendemos que o ofício do historiador e do literato em muito se parecem, pois, embora o historiador trabalhe de acordo com as fontes, por meio de registros, o literato se referencia nele mesmo, pois, não se prende as regras metodológicas da historiografia, mas escreve inserindo o que para ele é realidade, com a utilização da liberdade poética. Ambas as estruturas se assemelham, pois, são concebidas a partir de um determinado direcionamento e ordenação factual que possibilitam a compreensão. Aqui que acontece uma reconfiguração do campo da história ao longo do século XX, onde Reis (2004, p, 37) nos diz “No início do século XX, as ciências sociais são uma novidade na ordem do saber. Elas serão possíveis graças à crise do sujeito, que lançou o homem entre os objetos da ciência ou, senão da ciência de um discurso objetivante”.

Surge na França, em 1920, um movimento de renovação historiográfica inicialmente liderado por Lucien Febvre e March Bloch na universidade de Estrasburgo. A história agora estaria sob influência das ciências sociais que pretendiam expandir o encontro das fontes históricas e de acordo com Reis (2004. p. 66):

Renovar-se completamente não significa negar tudo que se fazia antes, mas submeter o que se fazia antes a um novo olhar, a novos problemas, a novos instrumentos, a novos fins. Desta forma, entendemos um esforço na ampliação de construir uma história que fosse mais ampla, e, ressaltamos a noção de que a construção de um documento tem uma intencionalidade, é escrito a partir de uma perspectiva de vida e a partir do momento que foi compreendido que os “documentos oficiais” são a partir da verdade de um alguém ou um grupo, tomamos a consciência e buscamos a expansão.

Abandona-se de lado o pressuposto de uma história baseada no estado e os feitos dos grandes eventos históricos, abandona-se a supervalorização da história apenas conhecida como os acontecimentos do passado e partir dos abandonos, desenvolve-se uma revolução no saber historiográfico, desenvolve-se a interdisciplinaridade e a partir disso, os leques historiográficos foram cada vez mais ampliados, possibilitando o nascer de interesse em novas temáticas e assim, a história não mais é constituída dos grandes feitos e dos grandes nomes. O olhar do historiador agora também se volta para rituais, memória, sensibilidades, lutas simbólicas, entre outros, possibilitando assim que toda a sociedade viesse a se sentir como seres participantes e atuantes da história.

Novos movimentos historiográficos passaram a se tornar conhecidos e alguns desses exemplos são a História cultural, História das mentalidades e também a Nova História. Junto à esses movimentos, vieram a inovação no documento historiográfico, transformando, na verdade, o conceito de documentação e registro para o historiador. Desta forma, para termos a literatura como fonte histórica, é necessário que tenhamos postos-chave como norte, onde, a partir deles, tenhamos a possibilidade compreender o que desencadeou os acontecimentos históricos.

Faz-se necessário debruçarmo-nos sobre o momento narrado, analisando assim os fatos históricos referentes, além de ser fundamental a análise do que é feito e o que se faz a partir da perspectiva do autor, para que, desta forma, compreendamos a narrativa que nos é oferecida através da ordenação dos fatos. No que se refere a ordenação de uma narrativa literária, compreende-se, então, que ela está referenciada nela mesmo, pois o literato tem esta possibilidade, já a narrativa historiográfica precisa ser evidenciada.

A história cultural tem uma abordagem tratada pela renovação das metodologias da história, embora não seja um conceito novo, é recente para a historiografia brasileira. Nesta área da história, é dada uma atenção ao que se manifesta nos espaços que não eram abordados com

a devida profundidade em tempos anteriores. O terreno habitual do historiador cultural é o da preocupação com as simbologias/símbolos. De acordo com Pesavento (2005, p. 42):

Pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo.

É importante também evidenciar a necessidade de analisarmos como e em que se estrutura a determinada ficção, as suas especificidades, se o texto foi escrito a partir de uma figura de linguagem, uma vez que estas consistem em “fugas” da utilização formal da língua, assim como também a relação do autor com o momento histórico vivido, como é retratado, como a realidade é estabelecida dentro da liberdade interpretativa e de escrita do literato, em que estrutura está estabelecido e de acordo com (CHARTIER, 2009, p. 24-5, 27-8):

A literatura se apropria não só do passado, como também de documentos e das técnicas da disciplina histórica, como o dispositivo de criar o “efeito de realidade”, abordado por Barthes, como uma modalidade da “ilusão referencial”, com multiplicação de notações concretas destinadas a carregar a ficção de um peso de realidade.

Cabe ressaltarmos que a história é interpretativa, pois compreendemos acontecimentos de acordo com a interpretação da narrativa de quem a produz, no entanto, a narrativa historiográfica não se produz somente com os fatos. Para que essa escrita se faça e perpassa, são importantíssimas as interpretações do historiador, e muito mais a forma com que ele se desdobra para associar o sentido dos acontecimentos através das análises dos documentos históricos e também fazer com o que o seu leitor compreenda.

A partir desse movimento de reconfiguração da história e também sua expansão, a História Cultural passou a voltar o seu olhar para manifestações populares, símbolos, entre outros, que passaram a serem vistos como legítimas representações das sociedades humanas e, conseqüentemente, registro de sua história. Um desses exemplos é a literatura, que pode vir a ser utilizada como documento historiográfico, tornando assim este conceito algo mais acessível a sociedade, no entanto, é a partir desse viés que enfatizamos novamente o olhar do historiador, a sua análise, de acordo como dispositivos que ele possui para delimitar até onde cada coisa pode ser utilizada como fonte documental historiográfica.

Neste sentido, esse entrelace entre ambas as áreas passa a ser entendido como valioso, na medida que possibilita um entendimento mais amplo da história e as fontes disponíveis ao historiador. De acordo com Jacques Le Goff (apud GRECCO, 2014, p. 46):

Ao definir alguns conceitos da história das mentalidades, enfatiza a importância da utilização das fontes literárias, pois afirma que é nas profundezas do cotidiano que se capta o estilo de uma época e, portanto, tais documentos são fontes privilegiadas quando consideradas como história da representação dos fenômenos objetivos.

Entender a literatura não como fenômeno histórico, mas como artístico e também de manifestação cultural, tem permitido o historiador tomá-la como fonte de pesquisa, pois, quem escreve está ligado a uma determinada sociedade com condições de cultura, espaço, relações sociais que permite que o literato explore o que escreve, sem sair do meio inserido. Para Pesavento (1998, p.12-13):

A história, tal como a literatura, constrói seu discurso pelos caminhos do imaginário. No caso da história, o passado é reconstruído e os fatos são selecionados; no entanto, se trata de uma produção “autorizada”, circunscrita pelos dados da passividade (as fontes) e pelos critérios de cientificidade do método. Já na narrativa literária o componente de liberdade é mais amplo, e as fontes não tem a mesma importância.

A respeito da relação da história com a literatura, cabe ao historiador uma investigação para analisar a especificidades históricas dentro da literatura, reconhecendo as fronteiras e limites de cada um, compreendendo suas variações e como está sendo apresentado de acordo com os dispositivos utilizados para análises de obras da historiografia, enfatizamos, dessa maneira, a necessidade de o historiador saber ponderar os limites da escrita, pois embora haja liberdade na escrita do literato, há sempre intenções e interpretações deixadas nas entrelinhas daquilo que ele deseja que seja repassado. A leitura da literatura como registro, nos mostra que se escreve para que a memória continue a pulsar em nossas mentes para que mantenhamos o produto material que possamos recorrer. Escreve-se para que não se permita morrer, para que se mantenha o valor do acontecimento e também que se mantenham as dimensões históricas, estas, encontradas a partir da historicização.

Portanto, nesta busca de termos a literatura como objeto auxiliador da história e arquivo dela mesma, acabamos por nos deparar com diversos dissabores, como, por exemplo, leitura indevida e deturpação de traços, interpretações diversas, cabe ao historiador limpar a bagunça e trazer a luz aquilo que esteve escuro e guardado. A literatura, seja ela expressa em alguma figura de linguagem ou gênero, está diretamente ligada com o momento histórico vivido, ela mantém viva a história social de um lugar ou sociedade já que muito de seu significado se encontra em seu lugar de criação. Pesavento (2006, p. 03) aponta que:

Tanto História quanto Literatura são formas de explicar o nosso presente, assim como de inventar o passado e pensar o futuro, utilizando-se de estratégias retóricas que transformam em narrativa os fatos sobre os quais aborda. Ambas são formas de representar questões que são pertinentes aos homens da época em que são produzidas, possuindo um público destinatário e leitor. Os dois tipos de narração também pressupõem estratégias de sistematização do real, procurando coerência nos laços e nexos que dependem dos dados e significações que são levados a seu público.

Desta forma, o ofício do historiador atrelado ao ofício do literato ganha força ao momento que são lidos como complementares. Escrever para que acontecimentos não sejam esquecidos, mas sim, mantidos na memória, faz parte tanto do ofício do historiador como do literato. Ambas também evidenciam as realidades sociais nos meios em que são produzidos e é desta forma que suas inquietações quanto a realidade que estão inseridos no momento são expostas, logo, sabendo que tais estruturas são deveras parecidas, compreendemos a complementação que fazem uma a outra. Atualmente, diferentes formas de entendimento de que seus discursos dão respostas às questões do sujeito sobre o mundo, respondendo a seus desejos e expectativas sobre a realidade. As duas áreas tratam o mundo tendo o texto como ponto de partida.

Sendo assim, compreendemos que, a partir destes apontamentos, a literatura não tem caráter estático, sua intenção não está apenas no que é escrito, o público que consome a literatura também é responsável pela interpretação do que é lido. A literatura é composta por um processo ao qual não esquece do momento social e cultural ligado ao tempo que foi escrito, ou seja, é um processo que está intrinsecamente ligado a história.

Na atualidade, acabamos por desenvolver um novo método para perpassarmos a memória. A intenção de transmitirmos a memória e guardarmos determinados acontecimentos na atualidade é lida de uma maneira certamente um pouco equivocada, pois, acabamos por escolher as partes as quais serão postas em evidências e o que não é, acaba por ser deletado. No entanto, a narração e memória perpassada é algo que é da essência humana.

Desta forma, questionamo-nos qual a intenção da contemporaneidade sobre registros e relatos, buscamos, como sociedade, o reconhecimento como seres ativos e participantes inseridos em determinado grupo. A partir dessas novas perspectivas, qual a intenção, senão a de nos estabilizarmos como seres que conhecem o seu lugar e valor. E é a partir da relação da

história com a literatura que temos um enriquecimento das fontes para uma melhor compreensão do que se deu no passado.

A construção da literatura, assim como a da história como produções só tem vida e memória, pois estão intrinsecamente ligadas a sociedade a qual descrevem e a cultura atual. Sendo assim, compreendemos que as obras literárias podem contribuir para o enriquecimento historiográfico, contudo, ambas possuem suas fronteiras e isso é algo importante e necessário de jamais se esquecer. Os dispositivos que permeiam ambas as áreas em suas produções são múltiplos, se fazendo necessário, um estudo detalhado de ambas as produções, para que, desta forma, como historiadores, estejamos cientes das fronteiras entre as obras literárias assim como as das obras historiográficas.

3 MEMÓRIA E IDENTIFICAÇÃO

Esta terceira seção tem como ponto principal, fazer com que entendamos a concepção de memória, como ela pode ser identificada, bem como pode ser suporte para a historiografia, tendo em vista que a memória é subversiva a tudo o que os documentos abordam. Embora silenciada, ela se perpetua e se mantém.

De forma genérica, entendemos que a memória é a capacidade de armazenar e evocar informações. Assim, embarcaremos em uma jornada para entendermos a memória e os conceitos que nos foram oferecidos a respeito dela. De acordo com José Saramago, no livro “Os poemas possíveis” (1981), o poema “*Retrato do poeta quando jovem*”:

Há na memória um rio onde navegam
Os barcos da infância, em arcadas
De ramos inquietos que despregam
Sobre as águas as folhas recurvadas.
Há um bater de remos compassado
No silêncio da lisa madrugada,
Ondas brancas se afastam para o lado
Com o rumor da seda amarrotada
Há um nascer do sol no sítio exacto,
À hora que mais conta duma vida,
Um acordar dos olhos e do tacto,
Um ansiar de sede inextinguída
Há um retrato de água e de quebranto
Que do fundo rompeu esta memória,
E tudo quanto é rio abre no canto
Que conta do retrato a velha história.

Para Saramago, a memória é o retrato dos acontecimentos do passado, que ainda conseguem ser evocados pela mente, como por exemplo, situações marcantes, de acordo com a concepção e visão sobre o que ocorrera. O poema evoca muito do romântico e enfatiza muito suas observações sobre as paisagens, demonstrando-nos, assim, o evocar de sentimentos que a memória lhe causa e, também, como ele foi atravessado por esses sentimentos.

Já para a Psicologia, a memória é um processo psicológico responsável pela forma que nos identificamos em sua natureza íntima, assim como é também responsável pela forma com que agimos. Já para a neurologia, uma das especialidades da medicina, a memória é uma capacidade mental que tem como função o armazenamento e o resgate de informações/eventos.

Já para a História, se caracteriza como um acontecimento de compreensão individual que procura manter um evento vivo buscando fixar o acontecimento de acordo com o que é evocado pelos sentimentos, ou seja, a partir de sua compreensão íntima, mas que também pode vir a ser entendida a partir do coletivo e social, ou seja, é um fenômeno coletivo.

Um dos exemplos que podemos utilizar para compreender melhor essa concepção histórica a respeito da memória é o caso do norte-americano chamado George Floyd, um homem negro que foi assassinado por asfixia pelo policial chamado Derek Chauvin, um homem branco. Sua morte gerou protestos que se espalharam pelos EUA e outras cidades no mundo. E o motivo desses protestos que tomaram diversas cidades e países, foi o da identificação com o George Floyd, por ter perdido a vida em consequência do racismo, que deixou de ser visto como um racismo velado, e que ainda se mantém muito forte não apenas os Estados Unidos, mas em todo o mundo.

Um outro exemplo a respeito é a própria história do centro hospitalar psiquiátrico de Barbacena, este que recebeu por quase cem anos centenas de pessoas para serem internadas sem diagnóstico de doença mental, já que eram apenas pessoas que fugiam do padrão esperado e imposto e acabaram por se tornar incômodos para a sociedade, como homossexuais, mães solteiras, melancólicos e até mesmo as pessoas tímidas. O psiquiatra Ronaldo Simões, no ano de 1966, fez sua primeira denúncia pública contra o hospital, escrevendo um artigo a respeito e acabou sendo investigado sob a alegação de infração à ética médica. E depois do psiquiatra, outra pessoa passou pelo processo de identificação com a situação dos internos de Barbacena, o jornalista Hiram Firmino, que no ano de 1979 denunciou a situação do hospital.

No entanto, cabe ressaltarmos que a memória é seletiva, ou seja, nem tudo fica gravado. Ela sofre alterações desde o momento vivido ao momento expresso.

Quando nos referimos a um evento que ocorreu, esperamos que nossos argumentos/testemunhos expressem a forma com que fomos tocados por tal evento, seja de uma boa maneira ou não. Cabe enfatizarmos também que podemos nos basear em experiências e impressões pessoais, mas, também podemos nos basear em impressões coletivas, pois há uma confiança maior, no que diz respeito ao detalhamento e exatidão dos acontecimentos, ao serem relatados por um coletivo e não apenas por uma pessoa. O que não anula o relato único, cabe lembrar.

Mesmo sendo nossas experiências de vida, lembranças individuais continuam inseridas dentro do coletivo, pois, por mais que tenhamos conceitos pré-concebidos ou até mesmo já formados, só conseguimos chegar à conclusão de defendê-los pelo enlace social. De acordo com Rego (1995, p. 41)

Vygotsky afirma que as características tipicamente humanas não estão presentes desde o nascimento do indivíduo, nem são mero resultado das pressões do meio externo. Elas resultam da interação dialética do homem e j seu meio sociocultural. Ao mesmo tempo em que o ser humano transforma o seu meio para atender suas necessidades básicas, transforma-se a si mesmo.

A partir da concepção de Vygotsky, podemos compreender tanto o sentimento de identificação, como também conseguimos desenvolvê-lo melhor no entendimento do coletivo, pois é permitindo que a ideia do outro nos atravesse e nos impulse a sermos impulsionados a novos modos de ser, pensar, agir, e até mesmo sentir. Para que possamos rememorar um evento ou acontecimento, evocamos as lembranças e tudo o que envolve, mas, apenas a afirmação dos acontecimentos não se faz suficiente a reconstrução daquilo que foi vivido e caso não tenha realmente tocado no íntimo do ser.

Desta forma, retornamos ao hospital psiquiátrico de Barbacena, um lugar pobre em todos os sentidos, que fez valer a perda de direitos, sendo espaço de acontecimentos que abriram feridas profundas na alma daqueles que foram os seus internos. Foram silenciados, torturados e mortos. Viveram em condições sub-humanas e com a permissividade dos estados e, conseqüentemente, de toda nação brasileira.

Aqueles que ali trabalhavam, embora com provas e também como provas de tudo o que ali acontecia, acabaram por silenciarem juntos com os internos e também não foram

sentimentalmente tocados com a situação e suas vidas. A ferida que foi aberta com tantos anos de silenciamento e permissividade ainda permanece viva e pulsa e nas veias daqueles que se identificam com toda a história daqueles que se viram obrigados a sobreviverem do centro hospitalar. Foram vidas torturadas, mortas e traumatizados, apenas por jogos de poder, o que envolveu a toda a sociedade.

Na exemplificação desse acontecimento quase que centenário e que está marcado na história da nação, que compreendemos a construção da memória como coletiva, pois, a partir dos depoimentos das vítimas, reorientamos a nossa memória e unimo-nos a ela. Quando somos tocados por um determinado ou determinados acontecimentos somos tomados por sentimentos, que podem ser bons ou ruins, mas geralmente em casos de perdas grandes dos direitos vitais, a primeira coisa que nos toma é o sentimento de empatia, ou seja, passamos a ter a capacidade de sentir o que uma outra pessoa sente ou sentiu em uma determinada situação, e, em contato direto ou indireto com essas pessoas que experienciaram tais vivências, nos identificamos e conectamo-nos aos acontecimentos.

Desta forma, Halbwachs nos diz (1968, p. 34):

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam, possa ser reconstruída sobre um fundamento comum.

No mais, compreendemos que a memória coletiva tem seu alicerce na memória individual, esta que se constitui como o conjunto de entendimentos e concepções pessoais, e é a partir da junção deles que a memória coletiva se solidifica.

E quanto a estruturação da memória coletiva, Halbwachs reforça que (1968, p. 34):

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas, que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é *um ponto de vista* sobre a memória coletiva, que este ponto de vista, muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios.

Maurice Halbwachs, em seu livro: *A memória coletiva*, enfatiza a força dos diferentes pontos que referenciam e constituem a memória e que conseqüentemente nos inserem na coletividade a qual nós estamos todos inseridos e pertencemos. No que diz respeito às tradições culturais, os costumes, as músicas, paisagens, entre outros constituem e estruturam a nossa memória.

Halbwachs enxerga a memória coletiva contemplada e acentuada com funções positivas ligadas a memória individual/comum e a coesão social, que vem a gerar o sentimento de identificação coletiva.

A memória tende a reforçar eventos ocorridos no passado para que não se esqueça e nunca mais aconteça, e desta forma, produz documentação, todavia, não podemos realizar uma análise histórica propriamente dita apenas com base nos testemunhos e depoimentos daqueles que experienciaram o momento relatado, pois, as memórias se transformam em função do seu entorno, a memória é um elemento subjetivo e está sempre de acordo com a forma que somos atravessados por ela. A memória não tem como preocupação principal com o geral, ela é subjetiva e, a partir disso, passa a ser historicamente analisada, adicionada às metodologias históricas. Para ser história, tem que haver método, sem ele, é memória. A memória acompanha as mudanças e os avanços da sociedade, contudo, remete-se também as alterações que escolhemos não fazer.

Sendo assim, compreendemos que a história é uma operação e essa operação só pode ser feita correlacionada a memória se entendermos que precisamos dar voz aos excluídos, permitindo que assumam seu lugar no mundo. E quanto a isso, Halbwachs (1968, p. 88) reforça:

A história é um quadro de mudanças, e é natural que ela se convença de que as sociedades, mudam sem cessar, porque ela fixa seu olhar sobre o conjunto, e não passam muitos anos sem que dentro de uma região desse conjunto, alguma transformação se produza. Ora, uma vez que para a história, tudo está ligado, cada uma dessas transformações deve reagir sobre as outras partes do corpo social, e preparar, aqui ou lá, uma nova mudança.

Aplicando esse entendimento à memória coletiva, vemos que ela se interessará pelos processos que constituem a construção. Quando oferecemos o poder de assumir seu lugar no mundo, oferecemos voz e privilegiamos a análise dos excluídos e das minorias, percebemos então também o reforço que houvera a partir da história oral, que veio a enfatizar a importância das memórias escondidas, mas jamais esquecidas, apenas tendo voz e espaço ante a uma sociedade que praticamente os obrigou a experienciar situações que não eram desejadas. Mas, com essas memórias sendo expostas, compreendemos, então, que são completamente divergentes da memória oficial/nacional.

Desta forma, podemos refletir também acerca da construção do documento nacional, este que é construído sob a perspectiva de um alguém, geralmente uma pessoa que não faz parte dos excluídos e minorias de uma sociedade. Le Goff (2013, p.6) cita Bloch e nos diz:

Não obstante, o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos, não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência no fundo dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos que a passagem da recordação através das gerações.

Esse acaba por ser o problema da memória individual/coletiva para a nacional, a credibilidade a partir das estruturas já alicerçadas da história imposta. Quando comparamos essa afirmação, junto aos anos em que o hospital psiquiátrico de Barbacena ficou em atividade, percebemos a grande divergência nas informações da memória nacional e as individuais que constroem a memória coletiva dos que foram pacientes. Foram cerca de nove décadas de silenciamento sob permissividade do estado/nação.

Compreendemos também que os caminhos que ligam a história e a memória, nos possibilitam ressignificar o passado, mas, essa ressignificação se dá com base na história, e, para ser história, tem que haver método, pois sem ele, afirma-se apenas como memória. E cabe ressaltarmos que a memória é relativa ao sujeito que lembra.

Essas memórias não relatadas/expostas fazem um trabalho que vão de encontro ao que a memória nacional tenta ditar. Essas memórias nadam contra a maré silenciosamente, acontecem com elas o que é esclarecido, de acordo com Sigmund Freud em *O retorno do reprimido*, este que é um mecanismo de defesa em que leva o indivíduo a reprimir lembranças/acontecimentos traumáticos. Todavia, não é a proteção ideal ao indivíduo vítima. Pois ocorrem manifestações/sintomas do que o foi tentado reprimir, os sentimentos e lembranças acabam voltando, nem sempre nítidos, mas como gatilhos ou até mesmo sintomas psicopatológicos.

Não apenas temos como exemplos as vítimas e sobreviventes do centro hospitalar de Barbacena, podemos também voltarmos o nosso olhar as vítimas do holocausto, que após tudo

que ocorrera, precisaram buscar um *modus vivendi* para continuar, e o silêncio foi visto como a opção mais viável. Silenciar para que os sentimentos de culpa/medo/ressentimento sejam evocados e reflitam em suas famílias/sobrevivente. Pois, assim como a nação brasileira assistiu e permitiu tudo o que ocorrera no hospital, também aconteceu de judeus que permitiram-se acreditar em nazistas na esperança de limitar as perdas e na busca de um melhor tratamento. E, em face dessa lembrança (trauma) recorre-se ao silêncio, pelo medo da exposição, medo de serem mal-entendidos e a angústia de não encontrar escuta. Mas, mesmo que se tente esconder eventos ocorridos, eles não são escondidos de verdade, elas te seguem e sussurram para que não se esqueça, para que continue se lembrando.

Questionamo-nos então se o melhor é ser feito é abster-se de falar e por completo silenciar, entendemos que não, pois por mais que haja a tentativa, elas sempre retornaram, como meio e que não se permita que se esqueça.

Percebemos também que as tentativas de esconder os acontecimentos se dão para que não se fuja da história/memória nacional, mesmo estando ligadas ao íntimo e ao que constrói a memória nacional. Existe, neste momento, a vergonha dessas práticas, tornam parte da vergonha de um país. Tenta-se manter a não propagação dessas lembranças para que não venham a ocorrer novamente.

Os confins entre o que deve ser dito e o que não é dito resumem-se a partir de uma imagem que o estado/sociedade deseja passar. Desta forma, saber separar e analisar as memórias marginalizadas/excluídas é a saída para reconhecermos/compreendermos até o onde é passado, onde é presente e onde ainda existem sintomas que afetam.

Só conseguiremos ser mais flexíveis, humanos e empáticos quando nos permitirmos lembrar de tudo e falar sobre tudo. Que as boas memórias e as ruins não sejam esquecidas, pois elas por mais que evoquem sentimentos indesejados, ambas são construtoras do seu histórico. Nada do que foi vivenciado será apagado, mas, no caso dos que viveram momentos traumáticos/marcantes, deve-se ir em busca da ressignificação. Podemos esconder acontecimentos, mas eles não se vão de verdade, eles te acompanham e seguem sussurrando para que não e esqueça e que continue questionando e ressignificando, pois, por onde você for, por maior que seja o silêncio que acredite que vá lhe curar, essas memórias estarão sempre com você.

Compreendermos as memórias coletivas assim como também a nacional, consiste em diretamente analisarmos a sua função. A memória é uma operação que une acontecimentos e como eles foram sentidos/recebidos por aqueles que vivenciaram a situação. Acaba por reforçar coletivos de identificação e pertencimento em diversos lugares, sejam eles igrejas, nações, famílias, regiões e entre outros. Rememorar as referências que partem a partir de acontecimentos, serve para que essas pessoas sejam as que tenham presenciados os fatos, ou as que se identificam com os mesmos, se alinhem e se encontrem em grupos, pois, a partir disso, definem o que desejam e buscam. Ou seja, buscam em coletividade, manter os referenciais de acordo com acontecimentos vividos.

Os dominantes da sociedade, são sempre levados, querendo ou não, a reconhecer embora tarde, que contribuíram com os sentimentos de vergonha, ressentimento e amargura daqueles que foram configurados como minorias. Esses sentimentos que ainda perduram nas minorias, manifestam-se como memórias recorrentes da ultraviolência sofrida. O movimento de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história e esse material pode vir a ser interpretado sem o mantimento das regras básicas, apenas buscando manter as fronteiras sociais e reinterpretando frequentemente realizando uma função do combate ao presente e futuro.

Tudo depende da coerência dos discursos, ou seja, a reconstrução da história que caminha junto a memória. A partir da análise dos seres que experienciaram os eventos que os marcaram, existem aqueles que se entendem como os guardiões da memória, a pessoa que é

designada pelo coletivo e que, de fato, chegou muito perto ou até mesmo vivenciou os fatos. Escolher as testemunhas de um determinado grupo/coletivo é entendido como um dos atos mais importantes, tendo em vista que depositam confiança nessa (s) pessoa(s) para confirmarem a autenticidade dos eventos assim relatados.

E é aí que também entra o enquadramento, pois, ele implica, também, em controlar a partir dos métodos historiográfico as associações e reconstruções dos fatos e também os sentimentos pessoais, ou seja, até onde é sentimental e até onde é memória seja de que se viveu aquele determinado momento dentro de um evento ou se identifica com ele. Desta forma, Pollak (1989, p.8) reforça que “se o controle da memória se estende aqui à escolha de testemunhas autorizadas, ele é efetuado nas organizações mais formais pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos e pelo emprego de "historiadores da casa"”.

Além de tomar como base discursos que giram em torno de alguém ou algum acontecimento, há também a análise/enquadramento dos objetos materiais: museus, bibliotecas e entre outros. Quando os vemos essas referências, diretamente ligamos eles a eventos históricos, e, para além da ligação, há também as sensações que podem ocorrer, como cheiros, sons e cores. Tomamos como exemplos: Auschwitz, assim como também a própria cidade de Barbacena, e temos também como exemplos na história local, a cidade de areia, que foi um grande centro escravagista, e que tem diversos museus onde existem referências sobre os acontecimentos. O qualificador comum das memórias vem do consenso social e o sentem com as referências dos eventos históricos.

Desta forma, compreendemos que a memória não se resume a uma única definição. Está também em formas que não são físicas, no entanto, percebemos, também, que não existem memórias fora de um contexto afetivo. A partir desses apontamentos, entendemos estar incluso a história das sensibilidades. Gruzinski (2007, p.7) nos diz que:

A história das sensibilidades diz respeito a zonas ainda pouco estudadas, que se estendem à margem da história das ideias, das representações, dos corpos ou das imagens. Ela toca o que situa além da elaboração intelectual, mas nunca se separa dela.

História essa que se debruça a analisar, com interesse, o indivíduo, seus afetos, as imagens e suas representações, entre outros. A história das sensibilidades translada uma forma diferente do conhecimento comum já aguardado, pois ela vai além do conhecimento científico. Suas análises não nascem da racionalidade, mas das sensibilidades que o corpo pode conhecer, pois se constrói de sensações e emoções. Ou seja, ela se configura como uma leitura da alma, em como somos atravessados a partir de acontecimentos vividos, como sentimos e como agimos perante eles. As sensibilidades são constituídas a partir de análises imaginárias do sentir e do sentido. O historiador quando produz com base nelas, baseia-se nas sutilezas e recria uma temporalidade que precisa conter as formas de sentir dos homens que não eram de sua época.

Já no que se refere aos lugares de memória, entendemos que, de fato, a memória não permite o esquecimento, ressalto, mais uma vez, a forma que somos atravessados por situações e eventos que não nos permitem o esquecimento, pois, esses lugares se concretizam fisicamente, ou não, pela memória. Esses lugares de memória estão carregados de simbolismos, pois neles acontecem interação social, práticas de apoios, oposições, demonstrações culturais, entre outros. E, todos os elementos que configuram a sua participação em práticas/relações sociais, configuram para alguém ou um grupo, o sentimento de pertencimento, nacionalismo e até mesmo o encontro de si mesmo como ser atuante e participante da história. Enfatizamos que toda identificação positiva com um lugar é reflexo da relação com ele, o que ajuda a construir uma lógica de pertencimento com “bons” sentimentos.

Devemos e precisamos sempre lembrar que nem só de bons sentimentos se constrói o lugar de memória, é preciso analisar e, até mesmo, reconstruir suas representações, embora haja

o encontro do sujeito histórico consigo, é crucial ter uma visão mais ampla e compreender que a realidade, assim como identidades e identificações são construídas de formas diversas.

Por fim, abordamos a memória social, esta que foi construída como um conceito complexo que não pode vir a ser formulado sob moldes gerais, pois ainda está em construção e o que faz com que indivíduos mantenham laços sociais e/ou coletivos que ainda se mantem firmes ao longo do tempo. Criamos lugares para ancorarmos a memória e compensar a perda como um modo de reparação de danos. Pensar a memória de acordo com o que Halbwachs (1990) em seu livro, *A memória coletiva*, faz-nos entender a necessidade de tomarmos o posicionamento político e a intenção é realmente não escrever com neutralidade, aqueles que se escondem através da neutralidade se fazem de cegos.

A memória não pode ser reduzida apenas como representação, pois, elas surgem e acontecem com propósitos. A memória nos dá suporte para que, através dos estudos historiográficos, façamos alguns questionamentos como: A serviço de quem ou de que interesses esse evento/acontecimento teria se constituído? Quais as relações de poder fizeram com que algumas representações tivessem mais força para tornarem-se dominantes na sociedade? A memória, nesse momento, passa a entrar também no campo como um processo social, com construção.

Respondendo essas perguntas e exemplificando com o caso do hospital colônia de Barbacena, compreendemos que o evento quase que centenário se deu a serviço da própria sociedade brasileira que ainda não aceita aquele que diverge do seu jeito de ser. As relações de poder que constituíram alguns como dominantes se deu com a própria sociedade brasileira, que só é progressista no nome, no mais, é completamente conservadora a tudo aquilo que foge do que é esperado, merece a exclusão e o silêncio.

4 O LOUCO, A LOUCURA E A HISTÓRIA

Esta última seção está destinada a conhecermos e compreendermos como se deu e também veio a se perpetuar a concepção do que é estar fora da razão e automaticamente torna-se digno da segregação e exclusão, entendendo como as práticas de tratamento para estes iniciadas na idade média se perpetuaram até a contemporaneidade, a exemplo do objeto de estudo o livro *Holocausto Brasileiro*, escrito por Daniela Arbex, obra que relata um dos maiores genocídios do país. Quase um século do centro hospitalar psiquiátrico de Barbacena em atividade e mais de sessenta mil mortos nele e para ele. É a partir da obra de Foucault, *História da Loucura* (2019) que iniciaremos a abordagem deste tópico que trata sobre o nascimento e a perpetuação do que seria ser “louco”.

O lugar ocupado pelos loucos, anteriormente era ocupado pelos leprosos e sua multiplicação em sociedade, o que acarreta diretamente na exclusão, prática esta não inicialmente pensada como prática de cura, mas sim de segregação e exclusão. No entanto, com o desaparecimento/regressão dos leprosos, as estruturas preparadas para “recebê-los” se mantiveram em sociedade e mais à frente estariam abandonadas. Com esse abandono, esse lugar agora será preenchido pelo que a sociedade não se agrada em ter ou manter por perto, sendo estes: pobres, alienados, vagabundo e todos aqueles que não mantivessem a ordem social imposta a época.

Ao fim do século XV, as doenças sexualmente transmissíveis e a sua multiplicação tomaram o lugar que antes era dos leprosos. Dessa forma, nasce uma outra classe social merecedora de exclusão. É com os leprosos que as práticas de internamento se iniciam, ocorrendo o mesmo com as pessoas que contraíram doenças sexualmente transmissíveis. Logo após, perceberemos a inserção obrigatória do louco a estes espaços. De acordo com Foucault (2019, p.8) “é sob a influência do modo de internamento, tal como ele se constituiu no século

XVII que a doença venérea se isolou, numa certa medida, do seu contexto médico e se integrou ao lado da loucura, num espaço moral de exclusão”.

Ao fim da idade média, o louco adentra as estruturas das relações de poder, mas a loucura inicialmente é tomada com uma compreensão dúbia, o louco sob essa concepção deixa de ser a vergonha familiar e passam a lhe oferecer mais atenção, ele torna-se o centro, pois agora é compreendido com o detentor da verdade e agora discursa sobre si e também se defende.

O louco agora desdenha da vida e da morte, como Foucault (2019, p.16) torna a ressaltar, “mas o que existe no riso do louco é que ele ri antes do riso da morte, e pressagiando o macabro, o insano o desarma”. É dentro dessa perspectiva que as relações e jogos de poder agora serão invertidos, pois não é mais por medo da morte que assola a população, é a ascensão da loucura, pelo desdenho que o louco tem com a vida e a morte, assim como também os inúmeros tipos de loucura.

A partir da era clássica, a loucura sai dos palcos como atriz principal e é reduzida ao nada, é silenciada. Foi no século XVII que diversas casas de internamento foram criadas e assim a loucura foi vista como algo que estava diretamente relacionado ao internamento como uma necessidade, e sobre essas experiências, Esquirol (*apud* Foucault. 2019, p.49) disserta:

Vi-os nus, cobertos de trapos tendo apenas um pouco de palha para abrigarem-se da fria umidade do chão sobre o qual se estendiam. Vi-os mal alimentados, sem ar para respirar, sem água para matar a sede e sem coisas mais necessárias a vida. Vi-os entregues a verdadeiros carcereiros, abandonados a brutal vigilância. Vi-os em locais estreitos, sujos, infectos sem cor, sem luz, fechados em antros onde se hesitaria em fechar animais ferozes, e que o luxo dos governantes mantém com grandes despesas nas capitais.

Um dos momentos mais marcantes dessa limpeza social é a reorganização do Hospital geral de Paris, no ano de 1656, no seu decreto de fundação, mas, na verdade, ele já existia em lugares menores, e agora, estão unificados, formando apenas um lugar em um só intuito: recolher aqueles que por autoridade ou vontade seguiam para lá. Recolhendo aqueles que independente de sexo ou idade, não mantinham a ordem social. Recolhimento este que não tem como ideia o cuidado médico, mas sim, é um *modus operandi* do poder real.

Foucault (2019, p.52,53) afirma que também são mantidas pelas finanças públicas: Doações do rei, quotas-partes retiradas das multas que o tesouro recebe. E é a partir dessa afirmação que compreendemos que esses jogos de poder são mantidos pela monarquia e burguesia, que mantém desejos e vontades ambíguas. Casas de internamento que nasceram dos poderes da religião e também da ordem pública, tinham assim o mesmo intuito dúbio e duvidoso: recolher e punir.

Com essa pequeno apanhado sobre as práticas de internamento e a concepção de loucura, podemos vir a compreender um pouco mais sobre o que seria o louco, a exclusão vivenciada assim como também o silenciamento. Abordaremos, inicialmente, a construção do primeiro hospício do Brasil voltado para os alienados da corte, na coroação de Pedro II. O hospício foi inaugurado no dia 30 de novembro de 1852, mas só teve suas atividades iniciadas em 8 de dezembro, já com a entrada de mais de cem alienados, estes que foram transferidos de asilos provisórios e da Santa Casa de misericórdia. Foi o primeiro hospital psiquiátrico da América Latina. Houveram conflitos com as irmãs vicentinas e os médicos, os mesmos lamentavam a presença religiosa como dominantes dentro do hospício. Queixavam-se da falta de espaço para especialização para com os alienados. As irmãs que dominavam aquele espaço foram acusadas de práticas não condizentes com o comportamento de cristãs, nos cuidados médicos para com os alienados. Os anos se passaram e, apesar das críticas sucessivas, o hospício ainda enfrentava uma taxa de mortalidade muito alta e de cura baixíssima. Haviam problemas sanitários, alimentares, inadequação de espaço. Perpetuando práticas medievais, os relatos referentes ao hospício dizem sobre relação de escravidão para com aqueles que foram admitidos

gratuitamente. Os internos/alienados eram também separados por classes, pobres, escravos e pensionistas conforme sua fortuna.

Foi nos primeiros anos da república que a proposta de internar qualquer um que incomodasse a ordem social teve um enorme efeito para a admissão de novos pacientes. Notamos, então, que o intuito era de exclusão e não de cura. E, é a partir dessa deixa, que seguimos para a análise da obra da escritora Daniela Arbex, intitulada de: *Holocausto Brasileiro* e, com ela, veremos a manutenção e perpetuação de práticas iniciadas na idade média.

A maior parte do século XX no Brasil foi tomada por uma obscuridade não apenas no quesito dos tratamentos voltados à saúde mental, contudo, analisaremos apenas esse aspecto. Debruçaremos nosso olhar para os anos de atividade do centro hospitalar psiquiátrico da cidade de Barbacena, município do estado de Minas Gerais. Notamos que os jogos de poder ainda manipulam toda uma sociedade. Foram cerca de sessenta mil mortos entre os pavilhões do hospital. A maioria dos seus internos sequer tinha diagnóstico de doença mental. Perdiam seus nomes, suas histórias, suas roupas e os seus cabelos. Ganhavam como companheiros diários a fome, a humilhação, a miséria e a morte que a todo o tempo os rondava.

A maioria das pessoas que estavam ali tinham, de certa forma, afrontado a ordem social e não eram vistas como merecedoras das relações sociais. A população de internos era composta por homossexuais, prostitutas, meninas que foram estupradas que estavam grávidas, pessoas que perderam os seus documentos, ou apenas pessoas que eram tímidas. Sem fazer menção direta aqui as crianças que residiam nesse espaço sórdido. Conviviam lado a lado com a miséria e se alimentavam de ratos e bebiam esgoto ou urina, não tinham cama para dormir e dormiam sob o capim, Arbex (2019, p.25) nos diz que:

Em 1930 com a superlotação da unidade, uma história de extermínio começou a ser desenhada. Trinta anos depois, existiam cinco mil pacientes em um lugar projetado inicialmente para duzentos. A substituição de camas por capim foi, então, oficialmente sugerida, pelo chefe do Departamento de Assistência Neuropsiquiátrica de Minas Gerais, José Consenso Filho, como alternativa para o excesso de gente. A intenção era clara: economizar espaço nos pavilhões para caberem mis infelizes. O modelo de leito chão deu tão certo que foi recomendado pelo Poder Público para outros hospitais mineiros em 1959. Somente em 1980, quando os primeiros ventos da reforma psiquiátrica começaram a soprar por lá, é que os gemidos do desengano foram sendo substituídos por alguma esperança.

Por ser um município ao sul do estado mineiro, as noites de bastante frio eram comuns por lá, e, nessas noites mais geladas, os internos eram atirados ao relento, nus ou com trapos, e na tentativa de resistirem e lutarem pela vida ou o que ainda restava dela, agrupavam-se e alguns morriam por ali mesmo. Para além do frio, a morte os tomava para si de outras maneiras também, pois morriam de fome, de doenças, morriam também com as famosas terapias de eletrochoque que a energia da cidade chegava a cair de tão altas que eram as cargas. Para além de tudo, a morte os tomava para si através da invisibilidade e exclusão, que estavam expostos

Figura 1: Interno do Colônia doente e mantido em condição subumana em cama suja.



Fonte: Luiz Alfredo, fotógrafo da revista O Cruzeiro (1961).

Seus corpos não mereciam dignidade, pois mesmo após mortos, davam lucro pois eram vendidos sem nenhum questionamento, mesmo quando em períodos de superlotação, morriam por dia cerca de dezesseis pessoas. Houve também o momento de superlotação de cadáveres, onde esse mercado obscuro passou a ter pouca procura e em decorrência disso, os corpos agora eram decompostos em ácido na frente dos pacientes, no pátio do hospital.

Figura 2: Homens que se aglomeravam no pátio do colônia.

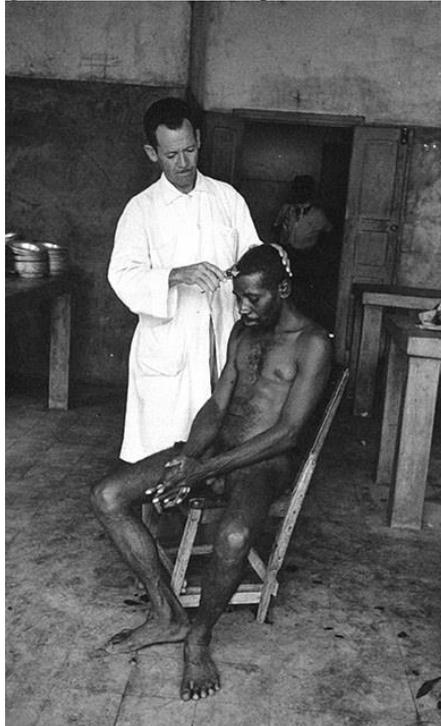


Fonte: Luiz Alfredo, fotógrafo da revista O Cruzeiro (1961).

Até os ossos eram comercializados, lá tudo valia, menos a vida. Pacientes gestantes conseguiam proteger suas gestações passando fezes sobre a suas barrigas para não serem tocadas, mas ao nascerem, tinham os seus bebês levados para adoção.

Os recém-chegados ao Colônia, como era conhecido o centro hospitalar psiquiátrico de Barbacena, eram encaminhados para a triagem, obrigados a entregar tudo o que tinham, mesmo que fosse o mínimo. Eram também separados por sexo, idade e características físicas. Todos eram encaminhados ao banho gelado e nus.

Figura 3: Recém-chegado ao Colônia.



Fonte: Luiz Alfredo, fotógrafo da revista O Cruzeiro (1961).

Os homens tinham os seus cabelos raspados e aqueles que tinham condição de trabalhar, eram encaminhados a um pavilhão diferente, o Milton Campos, e em razão de não quererem dormir no chão, amontoavam-se. As mulheres ganhavam como companheiras a humilhação, pois, em sua maioria, não podiam pagar pela internação e eram tidas como indigentes, suas histórias de vida já não mais existiam, agora eram objetos “cuidados” pelo estado.

Até o final da década de 1950, clínicos ou psiquiatras eram raridade no Colônia. É importante lembrarmos que o hospital iniciou suas atividades desde o ano 1903, ou seja, mais de quarenta anos de um espaço em atividade que tinha como premissa a exclusão. Foucault (2019.p.54) diz que não é mais necessário obter a permissão oficial para abrir um hospital ou casa de correção, todos podem fazê-lo à vontade. É sob essa afirmativa referente ao século XVII que percebemos as concepções se mantiveram e que o corpo do louco se tornou objeto indigno, merecedor de punição e todos aqueles que desejassem, poderiam segregar e excluir estes objetos.

Neste momento, voltaremos a analisar especificadamente algumas vítimas desse tempo de obscuridade no Brasil. A primeira vítima que abordaremos se chama Antônio Gomes da Silva, que, aos vinte e cinco anos de idade, foi encaminhado ao hospital sem diagnóstico e ficou preso por trinta e quatro anos. Vinte um desses trinta e quatro anos, ele ficou mudo, pois sequer ousaram perguntar seu nome. Sua prisão foi ocasionada por perturbação à ordem. Antônio

afirma que não sabe ao certo o motivo de ter sido preso, mas informa que era desempregado e bebia muito, foi da cadeia para o colônia no dia 03/10/1969. Revivendo suas memórias, afirma:

Onde eu ficava pelado, embora houvesse muita roupa na lavanderia. Ainda enquanto interno, passou a vida assinando documentos apenas com as digitais, até descobrirem que ele sabia escrever. Antônio ganhou liberdade e direito a vida novamente no ano de 2003 para morar em uma residência terapêutica de Barbacena.

Imagem 4: Antônio Gomes da Silva, um dos sobreviventes do Colônia, vivendo em uma residência terapêutica.



Fonte: Daniela Arbex, (2019).

Abordaremos agora a história da Sônia Maria Costa, internada no Colônia por mais de quarenta anos. Mulher temida por muitos e também era reconhecida como tutora do grupo. Esse perfil agressivo adotado por Sônia, foi seu modo de subversão e resistência ao sistema que obrigatoriamente foi inserida. Sem o mínimo de formação na área de saúde, cuidava de quem precisava dela sem remédio algum e um desses exemplos foi o de sua amiga que se tornou inseparável, chamada Terezinha que, quando tinha crises de otite, Sônia utilizava remendos, os aquecia e aproximava os trapos mornos do ouvido de sua amiga até que ela adormecesse em seu colo.

Sônia foi mais uma das vítimas desse vil sistema em que todos estamos inseridos. Foi rejeitada aos onze anos de idade e despachada para o hospital com a alegação de molecagem. Cabe ressaltar, Sônia era uma criança, e foi presa apenas por ser criança. Cresceu dentro do Colônia, nasceu no mundo e desapareceu por culpa dele e para ele quando se tornou mais um objeto dentro do centro hospitalar. Foi vítima de todos os tipos de violação, tomava choques diariamente, por muitas vezes bebeu a sua própria urina para matar a sede que tinha. Sem consentimento, teve por diversas vezes sangue retirado para ajudar corpos-objetos que estavam em situação pior que a sua.

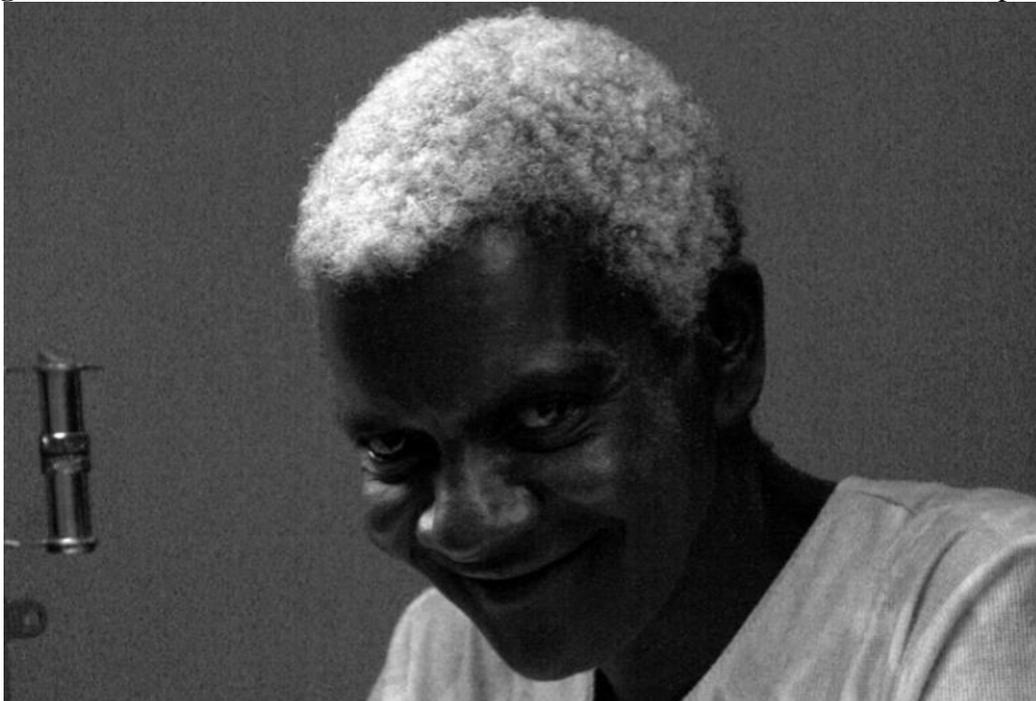
Para curar feridas abertas, Sônia jogava esmalte em cima, acarretando a infecção e a dificuldade na cura. Ela foi também uma das pessoas que em suas gestações, passavam fezes na barriga para assim, evitarem ser tocadas. Sônia aprendeu a odiar, apanhou e também revidou, aprendeu a sobreviver em seus anos de internamento assim. O tempo de Sônia dentro do Colônia a deixou com profundas marcas psíquicas e físicas. Ganhou a liberdade no ano de 2003, mas só deu adeus ao hospício com sua amiga Terezinha.

Imagem 5: Sônia Maria da Costa no ano de 1961 como interna do Colônia.



Fonte: Luiz Alfredo, fotógrafo da revista O Cruzeiro (1961).

Imagem 6: Sônia Maria da Costa no ano de 2019 vivendo em uma residência terapêutica.



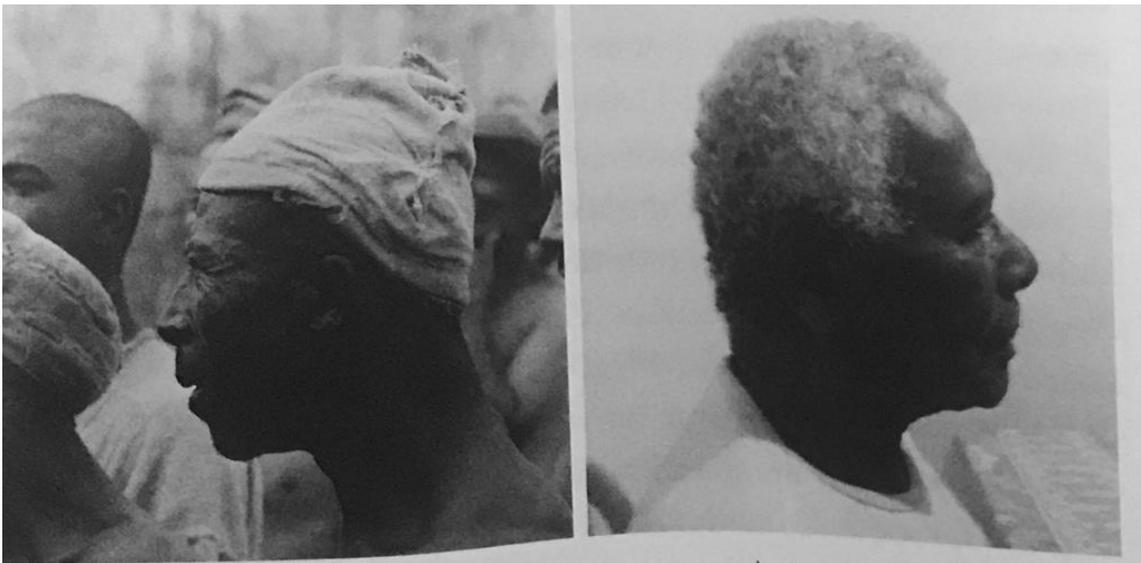
Fonte: <http://www.ccs.saude.gov.br/VPC/retratos04.html#nogo> (2019).

Ana Pereira de Oliveira era uma viúva e mãe solo, no ano de 1933 perdeu seu marido para a asfixia e ficou sozinha com dois filhos. Em 1950 começou a ver o seu filho mais velho como esquisito, não tinha amigos e isso era anormal para um rapaz de dezesseis anos de idade.

Luizinho preferia ficar só em casa. E quando sua mãe ficou sabendo sobre o centro hospitalar de Barbacena, foi convencida que seu menino sofria de doença mental e precisava ser internado. Arrumou seu filho para o dia marcado, onde seria recolhido e disse: “Deus te abençoe fio. A mãe vai ficar aqui rezando por ocê. Logo a gente se encontra”. E foi a última vez que se viram. Luizinho tornou-se propriedade do estado e objeto do Colônia.

Não tinha diagnóstico de doença mental, mas era um rapaz pobre, então qualquer doença lhe caberia. Foi encaminhado no dia 24 de fevereiro de 1952 e morria de saudade de casa. Luiz jamais imaginara que viveria tudo o que experienciou. Foi recrutado a trabalhar construindo casas e não ganhava nada por isso. Diz ele: “Por qualquer coisinha de nada, ele me dava um coró, batendo com a mão aberta no meu rosto e orelha”. Sua mãe muito sofreu com a falta de seu menino. Todos os dias arrumava seu quarto na inocente esperança de vê-lo novamente em casa. Esse retorno não aconteceu e a tristeza tomou conta de si. Faleceu aos setenta e cinco anos sem respostas. Mas a cama de Luizinho estava arrumada, como fez por mais de três décadas.

Imagem 7: Luiz Pereira de Melo, a primeira imagem como interno do colônia em 1961 com dezesseis anos e a segunda imagem, com oitenta e quatro anos, vivendo em um residência terapêutica.



Fonte: Luiz Alfredo, fotógrafo da revista *O Cruzeiro* (1961), à direita e Daniela Arbex, 2019 à esquerda.

Apenas após a visita do Franco Basiagla, um psiquiatra italiano que a FHEMIG aprovou em 1980 o projeto de reestruturação da assistência psiquiátrica e os portões da loucura segregada em Barbacena começaram a ser abertos Franco foi incisivo em suas palavras quando se referenciou ao colônia como um campo de concentração nazista e também foi a partir dele que a reestruturação e reforma psiquiátrica foi implantada Houveram sim outros nomes importantes que denunciaram as coisas terríveis que aconteceram no colônia, como a denúncia realizada pelo jornalista Hiram Firmino publicado no ano de 1979 no jornal *Estado de Minas*; Francisco Paes Barreto, psiquiatra que denunciou o colônia (1966) e respondeu a processo no crm. Ronaldo Simões Coelho foi um dos primeiros médicos a denunciar o colônia (1970) e por isso perdeu o emprego. Luiz Alfredo, que em 1961 entrou no hospital, fez o registro mais dramático de sua carreira, Helvécio Ratton, cineasta e autor do *documentário Em nome da Razão*, filmado no ano de 1979 dentro do Colônia.

Embora todos esses tenham lutado por melhorias para aqueles corpos-objetos, só se ouviu o grito dos excluídos quando uma pessoa como Franco Basaglia realizou declarações sobre o Colônia, estas que repercutiram dentro e fora do país. A partir do que já foi exposto, percebemos que o controle e manutenção da ordem se dá com aqueles corpos-objetos que não estão enquadrados com as regras do sistema e destoam do que é ser “normal”, tornam-se perturbadores do status quo e conseqüentemente, um risco. Esses corpos passam vivos ou não a tornarem-se parte de um mercado monetário de lucro, se não mortos, oferecendo obrigatoriamente e contra sua vontade, força de trabalho. Já não eram mais pessoas com direitos e deveres, com histórias de vida particulares, agora eram apenas objetos manipulados pelos jogos de poder. Eram recolhidos para a manutenção da limpeza social, excluídos assim de uma sociedade que não os desejava.

Novos ventos de mudança no Brasil chegaram junto das *Diretas Já*, movimento que deu voz a milhares de brasileiros. E em meio a essa reconfiguração social, o professor Paulo Delgado filiou-se ao Partido dos Trabalhadores, no ano de 1986, e foi o deputado mais votado em Minas Gerais. Paulo foi cativado pela oportunidade de ser porta-voz daqueles historicamente silenciados e segregados. No ano de 1989 o deputado apresentou no Congresso Nacional, o Projeto de lei 3.657, em que propunha a regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais e a extinção progressiva dos manicômios do país. A regulamentação dos tratamentos voltados a saúde mental trouxe um novo rumo ao país. Paulo Delgado, no ano de 1990, conseguiu aprovar o projeto de desospitalização.

Defende Paulo (*apud* Arbex. 2019) que “quem encarcera, seda e isola não acredita na razão e no resto dela. A lei da reforma psiquiátrica, ao contrário, é humanista, mas baseada em fundamentos técnicos da própria medicina. Os quais, permitem a realização do tratamento em liberdade.

A concepção do hospital como espaço de cura tende a desenvolver-se, de uma melhor forma, a partir do século XVIII. Embora já existissem, não eram tidos como espaço de cura. Até antes dessa reorganização de ideias e desse novo olhar sobre o hospital, a premissa dele era de cuidar do pobre moribundo quase morto, o foco era oferecer suporte espiritual e o último sacramento. Eram as obras de caridade que mantinham e dava sentido ao hospital, até seu sentido mudar e focar na questão da cura.

O saber psiquiátrico do século XIX se estabelece sem muitas diferenças. São aplicados livremente punições, trabalhos obrigatórios e ocorria também a relação de preferência entre médico e doentes. A esse momento, a concepção era de que o médico era detentor de todo o saber, as relações se dão em torno do médico, e temos nesse momento mais um exemplo dos jogos de poder, dominantes e dominados. Este poder entendia-se no direito de produzir a doença. A violência era inversamente traduzida como uma maneira de trazer a tona a verdade que estava comprometendo a cura.

Neste momento, questiona-se o poder do médico e a verdade que ele insiste em tentar exprimir. Inicialmente houve o movimento de despsiquiatrização que vai contra os princípios da irmã mais velha que se utiliza da violência para conquistar o que acredita como certo. Desta forma, passa-se a buscar reduzir a doença ao invés de produzi-la. Logo após, busca-se afastar todas as características que remetessem ao espaço de internação. Segue, de certa forma, a busca por evitar os jogos de poder entre quem detém o conhecimento e quem precisa dele. A despsiquiatrização tem como luta as práticas que se mantinham dentro das instituições.

A história dos ditos loucos pela sociedade desde as primeiras relações sociais não é nada bonita e muito menos foi fácil. Considerados perturbadores da ordem, foram dignos de vergonha, risada, do desdenho e, mesmo mortos, ainda sim eram indignos. Foram constituídos e entendidos como seres merecedores do que experienciavam, pois perturbavam o *modus operandi*, seja em que recorte temporal seja analisado.

O foco deste trabalho é analisarmos o maior hospício do Brasil, este que perpetuou e manteve práticas inumanas e poucos sobreviveram aos anos de atividade. Mas, como mencionado na segunda seção deste trabalho, a memória é algo que também se perpetua, sendo vivida ou através do sentimento de identificação. E as vivências dentro do Colônia atravessaram e ainda atravessam diversas pessoas, por terem empatia com os mesmos e também identificarem-se com a situação exposta.

Outra forma de manutenção da memória é a resistência, como seres humanos, buscamos nos unir em grupos e juntos podemos manter aquele sentimento de identificação cada vez mais vivo e mantermos a resistência na busca que a escuridão do esquecimento não o tome para si, mas também desejando que tais situações não ocorram mais e como Foucault (2019, p XVI, XVII) pontua:

Se não houvesse resistência, não haveriam relações de poder. Pois tudo seria simplesmente obediência. Desde o momento em que o indivíduo está em situação de não fazer o que ele quer, ele deve utilizar relações de poder. A resistência vem, pois, primeiro, e ela permanece superior a todas as forças. Considero, pois o termo “resistência” como palavra mais importante, a palavra-chave da dinâmica.

Que esses corpos resistam, que lutem, perseverem e mantenham a memória viva. É através da memória e a propagação da mesma que se resiste. Foi a subversão desses ditos loucos que fizeram com que um dia, todas essas práticas sujas fossem expostas. Mesmo mortos ou excluídos entre casas de detenção e hospício, a subversão manteve-se viva na alma daqueles que eram expostos a humilhação e consideravam-se seres vivos e com direito a vida. Com essa análise, buscamos então enfatizar maneiras que não se devem mais serem utilizadas e para que também se compreenda as necessidades de compreender aqueles os quais são acometidos de doenças psíquicas não merecem a vergonha, a desinformação e a exclusão.

Os tempos e os termos mudaram, todos nós temos acesso e é sabido que a estes que sofrem com algum transtorno, existe tratamento gratuito, essas pessoas merecem e devem ter todos os seus direitos assistidos. O sistema único de saúde os abraça, não da forma realmente necessária e esperada, ainda falta muito, mas a situação não mais é igual aos dias de terror como nos anos de atividade do colônia. Ainda precisamos estar sempre atentos para não permitirmos que práticas assim sejam novamente utilizadas. Lembremos da Acessibilidade que é algo completamente necessário para oferecermos a inclusão dessas pessoas. Adoecer é normal, o que não é normal são práticas inumanas que não permitem que pessoas tenham direito ao mínimo de dignidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É através da memória e a da sua propagação que ela consegue resistir ao tempo. Foi a subversão desses ditos loucos que fizeram com que, um dia, todas essas práticas sujas fossem expostas. Mesmo mortos ou excluídos entre casas de detenção e hospício, a subversão manteve-se viva na alma daqueles que eram expostos a humilhação e consideravam-se seres vivos e com direito a vida. Com essa análise, buscamos enfatizar maneiras que não devem mais ser utilizadas e para que também se compreendam as necessidades de entender àqueles que são acometidos de doenças psíquicas e não merecem a vergonha, a desinformação e a exclusão.

Os tempos mudaram, todos nós temos acesso ao conhecimento e sabemos que as pessoas que sofrem com algum transtorno, tem direito a tratamento gratuito. Essas pessoas merecem e devem ter todos os seus direitos assistidos. O sistema único de saúde os abraça, não permitamos que práticas assim sejam novamente utilizadas. Lembremos da acessibilidade, que é algo completamente necessário para oferecermos a inclusão dessas pessoas. Adoecer é normal, o

que não é normal são práticas inumanas que não permitem que essas pessoas tenham direito ao mínimo de dignidade.

Desta forma, percebemos então que a partir deste trabalho, a perpetuação de práticas violentas e que silenciaram, segregaram e ceifaram a vida de muitas pessoas por compreensões de que estes, os ditos loucos, seriam uma afronta a ordem social. E a partir do momento que unimos as obras literárias e históricas, buscamos, dessa forma, analisar a memória que se manteve e também se perpetua na subversão, indo contra tudo o que a história metodista informa como real e relatos do passado. A literatura surge como ponto de força para os documentos históricos, convergindo, dessa forma, para a escrita. Permitimos que a resistência desses silenciados se mantenham, nem sempre pela vivência das situações que ocorreram, mas pela identificação com os casos, pela empatia com a dor do outro.

Sendo assim, essa pesquisa contribui para a Universidade Estadual da Paraíba como análise do fruto de construções culturais marcadas por relações de poder e disciplinação dos corpos subjugados e excluídos da sociedade. Esse trabalho também pode contribuir para as áreas de História e Saúde mental, tendo como alvo qualquer um que deseje empenhar-se a compreender um pouco mais sobre as práticas da saúde mental e da historiografia.

REFERÊNCIAS

- ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro, Genocídio**: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil. (2019). Rio de Janeiro. Intrínseca, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. Ed. São Paulo. Perspectiva LTDA, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 2021. São Paulo. Paz e Terra, 2021.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 2021. Rio de Janeiro. Forense, 2021.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. 2010. São Paulo. WFM Martins Fontes, 2010.
- REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em história. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 2004.
- REIS, José Carlos. A escola metódica, dita positivista. In: **A história, entre a Filosofia e a Ciência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- BORGES, Valdeci Rezende. **História e Literatura**: Algumas Considerações. Catalão. Revista de Teoria da História. Ano 1. n 3. Junho, 2010
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 3^a. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FARIAS, Ariane Avila Neto de. ROCHA, Mariane Pereira. PEREIRA, Anderson Martins. **Literatura e História**: reflexões acerca das possibilidades de diálogos entre as áreas. Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. V. 06, ed. especial, mar., 2020.
- MUNHOZ, Liliane de Paula. CASTRO, Maria aparecida de. Literatura, História e a construção da realidade. **Inhumas**, v.11, n.20, 2015.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- LEGOFF, Jacques. **História e memória** [et al.] – Campinas-SP. Editora da UNICAMP, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. 1990. **Revista dos tribunais LTDA**. São Paulo, 1990.
- LUPION, Marcia Regina de Oliveira. **O percurso da história das sensibilidades**, 2017. MRO Lupion. VIII CIH. 2535 – 2542.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, pela permissão de escrever esse trabalho que é tão significativo para mim. Esse trabalho me atravessa de uma forma muito particular a partir de vivências pessoais e familiares ligadas as práticas da saúde mental. Agradeço também aos meus pais e meu irmão, que sempre confiaram em mim sendo sempre os meus maiores incentivadores, o meu amor por vocês não tem limites. Agradeço também à Matheus por todo amor, parceria e companheirismo.

Agradeço imensamente a minha querida orientadora, Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão, que com toda sensibilidade, profissionalismo e amor acolheu a minha ideia e me ofereceu todo o suporte necessário. Te encontrar nessa graduação não foi por acaso e sou grata aos céus por isso. Espero um dia ser uma profissional tão incrível quanto a senhora é.

Agradeço a banca examinadora, Profa. Dra. Paula de Almeida Castro e o Prof. Dr. José Adilson Filho. Tenho um imenso carinho e respeito por vocês, vocês marcaram de uma forma maravilhosa a minha graduação, gratidão.

Agradeço aos amigos que a universidade me possibilitou e que seguem na minha vida, como Paulo Ricardo, Angélica Nóbrega, Ewerton Rafael, Herculano Neto, Alan David, Franklin Falcão, Felipe Augusto, você me ensinaram um tanto sobre amizade e vida e serei sempre grata, com vocês a graduação se tornou mais leve.

Agradeço aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado e acreditaram nos meus sonhos, amo vocês demais! Fernanda Maria, Wellington Souza, Wesley Rodrigues, Renally Horana, Gabrielli Allicia, Luan Paz, Natália Souza, Leticia Farias. Ariel do Vale, Dayane Kelly.

E ao fim, agradeço imensamente a todos os professores do departamento de História da UEPB, os seus ensinamentos seguem vivos em mim.